

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES DIREÇÃO REGIONAL DE ADMINISTRAÇAO DA JUSTIÇA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL E CARTÓRIO NOTARIAL PRIVATIVOS DA ZONA FRANCA DA MADEIRA

O Signatário,

CERTIFICO

Que a fotocópia, está conforme o original e foi extraída da escritura
lavrada de folhas DEZASSETE a folhas VINTE E UM do livro de notas para
escrituras diversas número TREZENTOS E NOVENTA E TRÊS - A, deste
Cartório e Conservatória.
Ocupa NOVE folhas, devidamente numeradas e rubricadas por mim,
tendo aposto o selo branco deste Cartório.
Esta certidão está Isenta de emolumentos nos termos do artigo 8º do
Decreto-Lei 234/88, de 5 de Julho.
CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL E CARTÓRIO
NOTARIAL PRIVATIVOS DA ZONA FRANCA DA MADEIRA, em nove de julho
de dois mil e vinte e um.
A Oficial de Devista
A Oficial de Registos,

Reg. sob o nº 31 }

393-A	イ 子
Livro	Folhas
, olu	

CONTRATO DE EMPREITADA

No dia nove de julho de dois mil e vinte e um, na Conservatória do
Registo Comercial e Cartório Notarial Privativos da Zona Franca da
Madeira, perante mim, I
Conservadora, compareceram os outorgantes:
PRIMEIRO – I
е
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
que outorgam em representação, nas qualidades de membros do
Conselho de Administração, da sociedade comercial anónima,
denominada "S.D.M SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DA
MADEIRA S.A. (ZONA FRANCA DA MADEIRA)", com sede na freguesia
do Caniçal, concelho de Machico, com o número de matricula nesta
Conservatória e de identificação de pessoa coletiva cinco um um zero
dois cinco nove sete um e o capital social de quinhentos mil euros -
adiante designada por "DONO DA OBRA", qualidade que verifiquei pela
consulta direta, feita hoje, à base de dados do SIRCOM, e suficiência de
poderes que lhes advém da referida qualidade.
SEGUNDO -

e
que outorgam em
representação, na qualidade de sócios-gerentes, da sociedade comercial
por quotas, denominada "SALES FARIA & ANDRADE, SOCIEDADE DE
CONSTRUÇÕES, LDA", com sede na Travessa do Amparo, Entrada
Particular, Fração C, freguesia de São Martinho, concelho do Funchal,
com o número de identificação de pessoa colectiva e matrícula na
Conservatória do Registo Comercial cinco um um zero três um um oito
um e o capital social de quinhentos mil euros, titular do alvará de
Empreiteiro de Obras Públicas número um três dois sete sete - PUB -
adiante designada por "EMPREITEIRO", qualidade que verifiquei pela
consulta, feita hoje, no site www.portaldaempresa.pt, da certidão
permanente com o código de acesso 1478-8823-7756 e suficiência de
poderes que lhes advém da referida qualidade.
Verifiquei a identidade dos outorgantes, por exibição dos referidos
cartões de cidadão, todos emitidos pela República Portuguesa.
Declararam os primeiros outorgantes, nas invocadas
qualidades:
Que, mediante procedimento de consulta prévia, foi, por despacho

393-A	18
Livro	Folhas
2 00 5	

de catorze de junho do ano em curso, adjudicada à sociedade representada pelos segundos outorgantes, a empreitada de "Substituição da Cobertura do Pavilhão A da Zona Franca Industrial da Madeira", nos termos e condições constantes das seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

(NORMAS POR QUE SE REGE A EMPREITADA)

Salvo na parte em que for implícita ou explicitamente contrariado
pelas disposições deste contrato, obrigam-se as partes contratantes a
observar na execução do objeto do presente contrato e em todos os atos
que a ele digam respeito, o disposto nos elementos a seguir enumerados,
pela ordem de prevalência indicada, e que passam a constituir parte
integrante deste contrato:
a) Proposta do empreiteiro de dois de junho de dois mil e vinte e
um, com os respetivos documentos anexos, neles se incluindo o mapa de
medições e a lista de preços unitários;
b) O caderno de encargos;
c) O projeto;
d) O disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, nos
casos omissos no caderno de encargos;
e) O disposto no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro, e
respetiva legislação complementar;
f) A restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente,
a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do
pessoal, à segurança social, ao ambiente, à higiene, segurança,

prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante
terceiros.
SEGUNDA
(OBJECTO)
A adjudicatária obriga-se à realização da empreitada designada por
"Substituição da Cobertura do Pavilhão A da Zona Franca Industrial
da Madeira", que compreende a realização de trabalhos constituídos
pelo fornecimento e montagem de uma nova cobertura autoportante,
composta por painéis em chapa metálica e por termo-painéis em chapa
translúcida, tipo "Blocotelha", na cor cinza, incluindo a remoção das
chapas de cobertura existentes, o tratamento por pintura da estrutura de
suporte, as fixações, os remates e rufos no Pavilhão A da Zona Franca
Industrial da Madeira
TERCEIRA
(PRAZO)
O prazo total para a execução de todos os trabalhos da empreitada
é de sessenta dias de calendário, contados a partir da data de
consignação da obra, ou, da data em que o dono da obra comunique ao
empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta
última data seja posterior.
QUARTA
(PREÇO)
Um - O preço desta empreitada é de cento e noventa e sete mil e

seiscentos e doze euros e catorze cêntimos.

Dois - O valor referido no número anterior resulta dos preços

393 - A	19
Livro	Folhas

Aselle

unitários apresentados na proposta para cada espécie de trabalho a	
realizar, aplicados sobre as quantidades do mapa de medições constante	
daquele documento	
Três - Ao montante referido no número um da presente cláusula,	
acrescerá o montante devido a título de Imposto sobre o Valor	
Acrescentado, à taxa legal em vigor.	
QUINTA	
(REVISÃO DE PREÇOS)	
A revisão de preços será efetuada nas condições estabelecidas na	
cláusula três ponto quatro do caderno de encargos.	
SEXTA	
(PAGAMENTOS)	
Um - Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma	
periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições	
mensais a realizar nos termos previstos na cláusula número dois ponto	
treze do caderno de encargos.	
Dois - Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de	
sessenta dias, contados da data da apresentação da respetiva fatura.	
SÉTIMA	
(MULTAS)	
No caso de o empreiteiro não cumprir o plano de trabalhos e os	
demais prazos contratuais, ser-lhe-ão aplicadas as multas previstas na	
cláusula número dois ponto seis do caderno de encargos.	
OITAVA	

(RESPONSABILIDADE)

Um - Serão da única e inteira responsabilidade do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros em consequência da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores, e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, respetivos materiais, elementos de construção e equipamentos.

Dois - O empreiteiro tem a responsabilidade de subscrever e

Dois - O empreiteiro tem a responsabilidade de subscrever e manter em vigor as apólices de seguro previstas nas cláusulas números dois ponto vinte, dois ponto vinte e um ponto um e dois ponto vinte e um ponto dois do caderno de encargos, devendo apresentar ao dono da obra, no prazo de oito dias, contado a partir da data de celebração do presente contrato, as cópias das apólices e respetivos recibos de pagamento de prémio.

Três - O empreiteiro tem a responsabilidade de zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro previstas no número anterior dos seus subcontratados.

NONA

(GARANTIA)

Um - O prazo de garantia da obra é de cinco anos.

Dois - O prazo de garantia da obra inicia-se na data da assinatura do auto de receção provisória ou das receções provisórias parcelares que venham a ter lugar, findo o qual proceder-se-á à receção definitiva.

DÉCIMA

(SUBCONTRATOS)

393-A	20
Livro	Folhas
	0

allow

Um - A subcontratação deve ser previamente submetida à apreciação e aprovação do dono da obra, devendo os subsequentes contratos serem celebrados por escrito e conter os elementos previstos na cláusula número seis ponto dois, do caderno de encargos.

Dois - No prazo de cinco dias, após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve comunicar, por escrito, o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

Três - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

Quatro - O empreiteiro não poderá subcontratar prestações objeto do contrato, de valor total superior a setenta e cinco por cento do preço contratual, acrescido ou deduzido dos preços correspondentes aos

DÉCIMA PRIMEIRA (CAUÇÂO)

trabalhos a mais ou a menos e aos trabalhos de suprimento de erros e

omissões.

O empreiteiro garante o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente contrato, através da prestação de caução de valor correspondente a **três** por cento do valor da adjudicação, a que corresponde o montante garantido de **cinco** mil, novecentos e vinte e oito euros e trinta e seis cêntimos, sob a forma de Garantia Bancária (N.º 307/2021-S emitida a 25 de junho pelo BANCO BIC PORTUGUÊS, S.A.)

DÉCIMA TERCEIRA

(FORO)

Os litígios decorrentes da execução do presente contrato de
empreitada serão dirimidos no Tribunal Judicial da Comarca da Madeira.
A minuta deste contrato foi aprovada por despacho dos primeiros
outorgantes de catorze de junho do corrente ano.
Pelos segundos outorgantes foi declarado, nas qualidades em que
intervém, que aceitam para a sociedade sua representada, o presente
contrato, nos termos e condições exaradas.
Foi entregue aos outorgantes e rubricado por estes:
- A proposta com os demais documentos do empreiteiro;
- O caderno de encargos; e
- O projeto de execução.
Arquivo:
- Cópias certificadas do:
a) Procedimento de Consulta Prévia CPG/2/2021 - Informação de
Adjudicação da empreitada e Relatório Final; e
b) Comprovativo de Garantia Bancária, prestada pelo Banco BIC
Português, S.A., no dia 25 de junho do ano em curso.
c) Declaração do Empreiteiro.
Consultei:
Dando cumprimento ao disposto no artigo 34.º do Lei n.º 83/2017 de
18 de agosto (Lei sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao
to an agosto (an observe a community and an arrangement and arrangement)
Financiamento do Terrorismo) consultei, através do site robe-
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

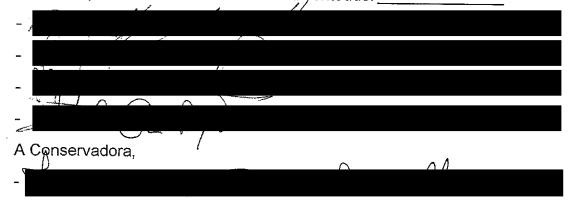
393-A	21
Livro	Folhas
1. elso	

sociedades comerciais	intervenientes	nesta escritura.	

Informei os outorgantes de que nos termos da Lei número 83/2017, de 18 de agosto, procedeu-se à recolha dos elementos de identificação e de informação necessários sobre os clientes e respetivos representantes.

De acordo com o estabelecido no Regulamento Geral da Proteção de Dados (Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27-04-2016) os outorgantes, foram informados e aceitam a incorporação dos seus dados, nos ficheiros de natureza pessoal existentes neste Cartório Notarial, os quais terão carácter confidencial. A finalidade dos referidos ficheiros é permitir a elaboração do presente ato, bem como dar cumprimento aos deveres e obrigações funcionais do Notário, nomeadamente para com a Autoridade Tributária e o Ministério da Justiça, em conformidade com o preceituado do artigo 6.º, do mencionado Regulamento.

Foi dispensada a leitura da presente escritura, por os outorgantes declararem ter perfeito conhecimento do seu conteúdo.



Isento de emolumentos: art. 8º do D.L.234/88 de 5/07

Registado sob o n.º 29

ع هوگ